

PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO AMAZONAS

Samia Darcila Barros Maia¹; Orientador: Lúcio Fernandes Ferreira²

- (1) Mestranda da Universidade Federal do Amazonas. e-mail: samia.darcila@gmail.com
(2) Doutor em Ciências, área de concentração Biodinâmica do Movimento Humano, Professor da Universidade Federal do Amazonas. e-mail: lucciofer@gmail.com

Resumo: No estado do Amazonas, a educação inclusiva é motivo de inquietação para os educadores, O caminho tem sido marcado por desafios que envolvem tanto o aluno quanto o professor. Conhecer as dificuldades torna-se fundamental para identificar as realidades docente, isso inclui desde o fator cultural até o contexto que configura o ambiente escolar. A secretaria de educação afirma que ao proporcionar à população um atendimento especializado, garante o acesso ao ensino de qualidade a centenas de pessoas com deficiência. Incluir não é um processo simples, não basta adaptar o currículo ou inserir este público em classes comuns, é muito mais do que isso. Por outro lado, acreditamos que pequenas atitudes contribuem sensivelmente para flexibilização de práticas e ambientes educacionais. Toda trajetória escolar precisa ser pensada, considerando que os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, e que separa os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino regular e ensino especial; os professores em especialistas nesta ou naquela manifestação das diferenças. O presente estudo tem como finalidade buscar uma reflexão extensiva acerca das perspectivas para a educação inclusiva no Amazonas.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação.

Introdução

O Estado do Amazonas possui, atualmente, um total de 231 escolas públicas em sua capital e outras 359 unidades escolares distribuídas pelos demais 61 municípios. Segundo dados do relatório do 2º ciclo de monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), divulgado no dia 7 de junho de 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Amazonas recebeu críticas da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas (ADEFA) pela falta de políticas públicas de educação inclusiva.

Enquanto o percentual de matrículas de pessoas com deficiência na Educação Básica, no Distrito Federal, foi de 90,4%, no Amazonas, quase um quarto dos alunos (24,5 %) nessa condição estão fora da sala de aula. O resultado da pesquisa foi considerado “indigesto” e os números apresentados por ela servem como base para iniciarmos uma reflexão a respeito do tema. Por outro lado, a rede pública do estado do Amazonas possui escolas modelos que precisam deixar de ser exceção para virar uma regra.

Nesse sentido, temos como objetivo descrever fatores que estão relacionados ao processo de inclusão da criança com necessidade educativa especial no Estado do Amazonas.

Revisão da Literatura

O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas, principalmente, conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos.

O paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, que uma educação apropriada e de qualidade deve ser dada conjuntamente para todos os alunos, nas classes do ensino comum – escola regular – onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem sócio-econômica, étnica ou cultural (CARVALHO, 1998; OLIVEIRA; POKER, 2002),

Para Cardoso (2003), a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI nos diferentes sistemas e níveis educativos.

Dessa forma, esse paradigma da inclusão suscita que uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro e também sobre a educação física escolar nesse contexto deve ser feita, pois a mesma, não pode manter-se indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva (RODRIGUES, 2003; AGUIAR e DUARTE, 2005).

Deve-se considerar que a educação é direito de todos e deve compreender as áreas cognitiva, afetivo-social e psicomotora devendo a educação física, como componente curricular obrigatório do ensino básico, ter garantidas as condições necessárias à sua prática, ajustada as necessidades de cada faixa etária e condições da população escolar. Dessa forma, o primeiro passo é identificar, com a população específica, quais têm sido as dificuldades, considerando a dinâmica vivida pelos professores, a realidade cultural e o contexto que configura o ambiente escolar (MARTINS, 2012; MENDES, 2008).

Quando se detecta uma dificuldade, priorizam-se sempre os aspectos mais relevantes e planejam-se as atuações necessárias para promover mudanças, o processo compartilhado de coleta e análise de informações relevantes da situação ensino-aprendizagem, considerando-se características próprias do contexto escolar e familiar, a fim de tomar decisões que visam

promover mudanças que tornem possível melhorar a situação colocada (COLOMER, NAVARRO apud BONALS, CANO, 2008, P.16).

Cada vez mais, assumimos o compromisso de pesquisarmos [...] lembrando que os resultados dessa investigação devem fomentar o diálogo na efetivação de políticas públicas voltadas para a melhoria do Atendimento Educacional especializado, bem como na formação dos educadores que atuam com este público. [...] educar envolve um compromisso social, desenvolvimento de potencialidades e apropriação e compartilhamento do saber social. Saber esse que permite uma melhor compreensão da realidade, que caminha para possíveis soluções dos problemas situados na base das estruturas sociais que, infelizmente são injustas e excludentes (MATOS, 2008).

O cotidiano escolar exige que o professor seja capaz de se organizar levando em consideração a diversidade dos alunos com quem trabalha, logo, faz-se necessário que o professor redimensione seu sistema de crenças e valores, repense sua concepção de educação e que faça a substituição do ensino tradicional por uma pedagogia que atenda essa diversidade (BATISTA e MANTOAN, 2005).

Metodologia

Mediante o objetivo almejado para este artigo, foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de se obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado. A pesquisa bibliográfica é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de www.conedu.com.br oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65). Através da pesquisa exploratória, é notório que está se concebe como de grande relevância para as metas que se deseja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se pode consultar diferentes obras e autores, ou seja, contribuindo, assim, para a qualidade final do seu trabalho. Para Gonçalves (2001), a pesquisa bibliográfica faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação à explicação do seu objeto de estudo. É por meio desse tipo de pesquisa que se pode dar seguimento a um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto. Podendo, assim,

compreender de diferentes ângulos os pontos de vista de teóricos estudiosos do assunto, e consequentemente, fazendo com que possamos construir nosso próprio posicionamento diante do tema.

Resultados e Discussão

- **A Educação Inclusiva no Estado do Amazonas**

No Amazonas as escolas estaduais estão recebendo cada vez mais alunos com alguma necessidade educacional especial, em números, um total de 3.890 estudantes com múltiplas deficiências foram matriculados nas escolas da Rede Pública Estadual no ano de 2018, conforme dados da Secretaria Estadual de Educação. No entanto, embora haja programas de incentivo a inclusão escolar promovidos pelo governo, a insegurança dos professores em trabalhar com alunos portadores de alguma deficiência surge como um dos grandes obstáculos para se efetuar a inclusão. Junte-se a isto a falta de alternativas positivas para que o profissional de educação se sinta capaz e seguro em trabalhar com seus alunos e atendê-los com qualidade.

A Secretaria de Educação do Amazonas afirma que ao proporcionar à população este atendimento, o Governo do Estado favorece a inclusão e contribui com o desenvolvimento pleno de crianças, jovens e adultos. Fortalecendo este atendimento e garantindo o acesso ao ensino de qualidade a centenas de pessoas com deficiência. Entretanto, atualmente a dispensa destes alunos especiais das aulas de educação física, por exemplo, tem sido uma das alternativas recorrentes encontradas, sugerindo a exclusão nas aulas práticas da disciplina, um comodismo que vai na contramão à ideia de escola inclusiva. Tal situação não é diferente nas demais disciplinas onde o aluno com necessidades educacionais especiais é visto apenas como figurante em uma sala de aula.

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar amazonense, o futuro da escola inclusiva está dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. Se hoje ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências possuem a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional. A implementação da escola de qualidade, que é igualitária, justa e acolhedora para todos, é um sonho possível. A aparente

fragilidade das pequenas iniciativas, ou seja, essas experiências locais que têm sido suficientes para enfrentar o poder da máquina educacional, velha e enferrujada, com segurança e tranquilidade. Essas iniciativas têm mostrado a viabilidade da inclusão escolar nas escolas no Amazonas. As perspectivas do ensino inclusivo são, pois, animadoras e alentadoras para a nossa educação.

O novo paradigma de educação traz a valorização das diferenças, é necessário respeitar o indivíduo na sua individualidade, para tanto, os professores não podem mais se valer da homogeneidade de métodos. As mudanças na formação dos professores devem proporcionar um preparo que atenda questões teóricas e metodológicas, capazes de efetivar a inclusão escolar. O despreparo dos docentes é um dos pontos mais pautados no processo de inclusão escolar, e apontado como um dos principais obstáculos para uma educação inclusiva de qualidade.

- **Perspectivas para a Educação Inclusiva no Amazonas**

A Educação Inclusiva no Amazonas possui um longo caminho a trilhar e inúmeras dificuldades a vencer, porém, percebemos que um número maior de pesquisadores está voltando sua atenção para esta temática.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) segue seu papel apresentando diversas pesquisas e perspectivas para a educação inclusiva através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD –. Nele estão envolvidos professores, acadêmicos de graduação e pós-graduação. As linhas de pesquisa integram as seguintes áreas: Educação, Educação Especial, Educação Inclusiva, Psicomotricidade e Psicopedagogia.

O Núcleo focaliza o ser humano no seu aspecto global, relacionando-o diretamente ao processo de aprendizagem visando: identificar, acompanhar e orientar pais, professores e estudantes. Vale ressaltar também, a magna importância dos projetos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE que conta com uma recente, porém significativa linha de pesquisa voltada para as práticas inclusivas.

Na esfera política, tem-se visto, por várias vezes, que projetos são interrompidos, sem uma reflexão crítica sobre os mesmos, em decorrência das mudanças no governo. Uma boa escola pública depende essencialmente de diretores e professores preparados, de um currículo conectado ao cotidiano, de instalações físicas razoáveis, da vivência cultural dos estudantes e da participação da comunidade. O sucesso da inclusão de pessoas com necessidades especiais

no ensino regular e de uma sociedade inclusiva depende da ação conjunta de toda população. Fala-se muito em trabalhar a diversidade, mas, na prática, a comunidade e a escola ainda não dominam de modo eficaz o como realizar esse trabalho. A inclusão social e a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular são um aprendizado e ocorrerá de forma lenta e gradual em nosso país.

Quando se detecta uma necessidade, priorizam-se sempre os aspectos mais relevantes e planejam-se apenas as atuações necessárias para promover mudanças. Em especial este estudo faz parte de uma pesquisa maior que visa a contribuição do profissional de educação física na educação inclusiva como possibilidade educacional no Amazonas, certos de que a disciplina, como um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, e deve-se constituir num dos adjuvantes do processo da inclusão escolar e social.

Conclusões

O índice de pessoas com deficiência fora das escolas no Amazonas é alarmante. A escola é a primeira oportunidade que a criança tem para socializar-se com outras crianças fora do ambiente familiar. Assim, precisa ser mediadora do conhecimento, tendo em vista à formação de cidadãos conscientes de contrair direitos e exercer deveres, bem como a preparação deles para o trabalho e a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

É essencial que educadores se disponham e possibilitem a educação inclusiva nas escolas de ensino regular em todos os níveis. Entretanto, nosso grande desafio está em vencer as barreiras impostas na educação inclusiva, que perpassam o aprendizado, direta ou indiretamente, e que se encontra em todas as camadas sociais de diversas formas, ficando, ao educador, o papel principal de conscientizar, incluir e promover o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais.

Assim, a inclusão é possível, porém ela não pode ser confundida com a inserção da criança com necessidade especial na classe comum, é preciso elaborar e aplicar programas tanto para o acompanhamento desta criança quanto para a formação continuada dos docentes atuantes e comprometidos neste contexto. Os desafios não são poucos e muito menos fáceis para, verdadeiramente, ocorrer a inclusão em nossas escolas, contudo, acreditamos que pequenas atitudes como o uso de atividades escolares diferenciadas adaptadas às dificuldades dos alunos, devam contribuir sensivelmente para flexibilizar práticas e ambientes educacionais. Não são fáceis os desafios para a inclusão nas escolas, muito menos a adaptação

do currículo, contudo acredita-se que pequenas atitudes tornam-se grandes passos para flexibilizar práticas e ambientes educacionais, como também educadores em sua função mais humana, o de ensinar independente de ser aluno com necessidade educacional especial ou não.

Referenciais

AGUIAR, J. S. E; DUARTE, E. **Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física.** Rev. Bras. Educ. espec. vol. 11 nº. 2 Marília Mai/ Ago. 2006.

BATISTA, Cristina A. M.; MANTOAN, Maria Teresa E. Educação Inclusiva: **Atendimento educacional especializado para deficiência mental.** Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARDOSO, C. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial:** da exclusão a inclusão uma longa caminhada. Educação, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARDOSO, M. C. F. **Integração Educacional e Comunitária.** Revista Brasileira de Educação Especial, 1, p. 89-100, 1992.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão:** Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. Integração, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

DISTRITO FEDERAL, **Câmara Legislativa do Distrito Federal. Lei Orgânica do Distrito Federal.** Brasília, 8 de junho de 1993.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade educação inclusiva:** um diálogo entre a teoria e a pratica na rede pública municipal de Manaus, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Faculdade de Educação, 2008.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. **Educação inclusiva e municipalização**: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 8, n. 2, p. 233-244, 2002.

PASQUALI, L. (2010). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. Em L. Pasquali, (Orgs.). **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. (pp. 165-198). Porto Alegre: ArtMed.

RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante a Educação Inclusiva**: reflexões conceituais e metodológicas. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em estudo, Maringá, v. 10, nº. 2, p. 227-234, mai/ago. 2005.